

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: as transformações socioeconômicas e as possibilidades para as regiões

Marco Antonio Silva Lima*

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico dos países ocidentais tem sido visto como uma decorrência de processos lineares de modernização econômica e social. Neste trabalho, a princípio discute-se a questão da suposta existência de modelos modernizantes baseados em processos evolucionários, passando-se, em seguida a uma breve análise da “modernização conservadora” latino-americana, como parte de sua integração a um sistema internacional de relações socioeconômicas baseadas em posições de subordinação hierárquica entre diferentes países. Aborda-se, também, as novas propostas de modernização apresentadas pelo processo de globalização e seus impactos sobre as instituições sociais e políticas, assim como as oportunidades geradas para o impulsionamento de processos de desenvolvimento local nos territórios em função das novas formas de estruturação produtiva baseadas em sistemas inovativos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico. Modernização. Inovação tecnológica. Globalização. Desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura apresentar uma rápida visão da evolução das ideias sobre o desenvolvimento a partir dos processos de modernização econômica e social e suas especificidades no contexto latino-americano, além de uma breve análise dos impactos da globalização sobre estes processos. A seguir, procura-se observar conceitos relevantes para o desenvolvimento regional, sob a ótica dos conceitos debatidos. A intenção geral é procurar demonstrar como um conjunto de acontecimentos e fatores associados contribuiu para conformar um quadro geral de fortalecimento dos espaços locais como elementos críticos no processo de desenvolvimento socioeconômico.

* Bacharel em Ciências Contábeis. Funcionária pública. valéria_peixa@yahoo.com.br

** Doutorado em Engenharia de Produção – Gestão de Negócios. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cassia@catolica-to.edu.br

*** Especialista em Gerencia contábil, auditoria e controladoria. Docente Faculdade Católica do Tocantins. cleia@solidacontabil.com.br

2 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento socioeconômico constitui objeto de debate que abrange diferentes visões e matrizes conceituais. Do ponto de vista puramente econômico, pode ser compreendido como decorrente da ação evolutiva dos regimes de acumulação, que alimentam dinâmicas de atividades produtivas as quais resultam em novos modelos de desenvolvimento, significativamente mais avançados em relação àqueles que lhes antecederam. Nesta interpretação, o desenvolvimento econômico seria, então, fruto de um processo de permanente evolução dos meios de produção (ROSTOW, 1961; ROSENSTEIN-RODAN, 1969; LEWIS, 1969; HIRSCHMAN, 1980). O estágio de desenvolvimento avançado seria a etapa final de um longo processo a ser percorrido por todas as nações, em diferentes graus de posicionamento histórico e de velocidade de crescimento.

Esta evidente distinção existente entre as diferentes nações, em relação aos estágios de desenvolvimento em que se encontram, tem explicação no desenvolvimento social e político particular de cada uma. Conforme Rostow, “conquanto as etapas de desenvolvimento sejam um método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura construída sobre a economia e oriunda exclusivamente dela” (ROSTOW, 1961, p.14). Os estudos realizados por este autor resultaram em um modelo simplificado que aponta cinco etapas de evolução histórica que configuram cinco categorias, representantes de diferentes estágios de desenvolvimento econômico: a *sociedade tradicional*, as *precondições para o arranco*, o *arranco*, a *marcha para a maturidade* e a *era do consumo de massa*. Evidentemente, podem-se observar grandes limitações explica-

tivas neste modelo, no sentido em que propõe uma sequência lógica obrigatória a ser seguida e, também, na pressuposição, algo ingênua, se observada com um olhar contemporâneo, de que todas as nações caminham para atingir um estágio de desenvolvimento avançado.

Um significativo avanço pode ser notado na posição de Rosenstein-Rodan (1969), na proposição de políticas de desenvolvimento para regiões deprimidas. A partir da análise da situação na Europa Oriental, em meados da década de 40, o autor aponta o excesso de população agrária desocupada (desperdício de mão de obra) como um problema a ser solucionado através de duas diferentes alternativas: a emigração (levar a mão de obra ao capital) ou a industrialização (levar o capital à mão de obra). Para Rosenstein-Rodan, a industrialização representa a saída mais viável, não somente para as áreas deprimidas como para o mundo em geral, por seu efeito positivo sobre a distribuição de renda entre as diferentes regiões do mundo. Esta industrialização poderia ser viabilizada através da integração dessas economias à economia mundial por meio de investimentos internacionais ou de empréstimos de capital. Para a efetivação de políticas de desenvolvimento industrial em regiões deprimidas, o autor propõe as seguintes medidas: (a) a criação de um ambiente institucional favorável, com investimentos destinados à implementação de infraestrutura física e de mão-de-obra capacitada; (b) a industrialização planejada e em larga escala, com a finalidade de reduzir os riscos de insuficiência de procura; e, (c) o investimento, a princípio, deveria ser concentrado na construção de indústrias básicas e de serviços públicos, procurando-se oportunizar a geração de efeitos multiplicadores (ROSENSTEIN-RODAN, 1969). Observa-se, na proposta deste autor, uma notável antecipação em relação às atuais políticas de desenvolvimento, principalmente no tocante à integração econômica internacional, que viria a ser, décadas mais tarde, acelerada e aprofundada

tanto pelos sistemas empresariais de produção flexível e de desverticalização produtiva, quanto pela aguda hipertrofia do sistema financeiro internacional; ambos possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de processamento de informações e das comunicações.

Para Arthur Lewis (1969), um outro aspecto relevante é a dualidade econômica provocada pela divisão das economias dos países em desenvolvimento em dois setores distintos - um rural e outro urbano. Para Lewis, a formação desta “economia dupla” está relacionada com a existência da oferta ilimitada de mão de obra, resultante de excedentes populacionais. Segundo o autor, este problema se torna frequente em países pobres, com excedente de trabalho e sem garantias de expansão econômica.

Assim, em países em que a população é excessivamente numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais, a tendência é a existência de oferta ilimitada de trabalho em setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho seja muito baixa, nula ou negativa. Este fato cria uma condição de “desemprego disfarçado”, notadamente nos setores doméstico, rural e na economia informal. Na concepção de Lewis, esta estrutura econômica cria uma “economia dupla”, caracterizada pela existência de um pequeno setor capitalista (ilhas de eficiência) cercado por grandes setores de economia tradicional ou de subsistência. Como define o autor,

Isto é muito típico nos países que se encontram nas primeiras fases do desenvolvimento. Encontramos aí algumas indústrias altamente capitalizadas, como a de mineração ou a energia elétrica, lado a lado com técnicas mais primitivas; algumas grandes lojas para a classe de altas rendas, rodeadas de comércio do tipo antiquado; algumas culturas altamente especializadas, cercadas por um mar de camponeses (LEWIS, 1969, p. 144).

Desta forma, Lewis define a “economia dupla” como um problema para os países em desenvolvimento na medida em que a divisão em um “setor capitalista” e um “setor tradicional” favorece a concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população, que faz parte do setor econômico mais dinâmico, e esta situação somente pode ser modificada através da transferência da força de trabalho excedente do setor de subsistência para o setor capitalista, melhorando as condições de distribuição da renda nacional, o que pode gerar índices de crescimento econômico mais elevado.

Hirschman (1980) realiza uma síntese crítica dos conceitos que compõem a Teoria do Desenvolvimento, em que procura explicar os motivos pelos quais estes perderam espaço nas discussões econômicas mais significativas. Segundo este autor, a Teoria do Desenvolvimento, por ter resultado da conjunção de correntes ideológicas bastante diferentes, tanto se mostrou bastante produtiva em termos de geração de conceitos, quanto apresentou um grande número de problemas exatamente por esta diversidade estrutural. Para Hirschman, esta ciência apresentava tensões internas altamente destrutivas em função de sua composição ideológica altamente heterogênea; por outro lado, em função do contexto em que surgiu, esta teoria se apresentava recheada de esperanças e ambições exageradas que acabaram por não se confirmar.

Segundo Hirschman, a visão linear do desenvolvimento econômico acaba por formar um teórico que divide os países em “avançados” e “primitivos”, e que, em uma definição cientificamente mais sofisticada, os divide em diversas categorias de desenvolvimento, que incluem, por exemplo, países “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, em uma escala baseada em aspectos, tais como a renda *per capita*, a escolaridade, a expectativa de vida, e outros. Nas palavras deste autor,

En una época anterior, el desprecio por los países llamados “rudos y bárbaros” en el siglo XVIII, “atrasados” en el siglo XIX, y “subdesarrollados” en el siglo XX, se había traducido en su relegación a una posición permanentemente baja, en términos de sus perspectivas económicas y de otra clase, por efecto de factores inmutables tales como el clima hostil, los recursos escasos, o la raza inferior. Con la nueva doctrina del crecimiento económico, el desprecio asumió una forma más refinada: de pronto se dio por sentado que el progreso de estos países sería lentamente continuado si sólo adoptaran el programa adecuado de desarrollo integrado. Dado lo que se consideraba su problema aplastante, la pobreza, se esperaba que los países subdesarrollados funcionarían como juguetes de cuerda y que avanzarían en línea recta por las diversas del desarrollo; sus reacciones ante el cambio no serían tan traumáticas o aberrantes como las de los europeos dotados de residuos feudales, complejos psicológicos y alta cultura exquisita (HIRSCHMAN, 1980, p. 39).

A observação da constatação de Hirschman, aliada à análise das ideias apresentadas pelos demais autores aqui representados, permite-nos concluir que a visão econômica sequencial e linear da Teoria do Desenvolvimento apresenta virtudes e defeitos. Embora seus conceitos certamente não possam ser considerados de total validade em um contexto macroambiental hipercomplexo e multivariado como o atual, certamente são capazes de fornecer noções básicas sobre os processos de desenvolvimento socioeconômico. Desta maneira, foram capazes também de embasar o surgimento de novas propostas mais sofisticadas e adequadas ao exame do problema a partir de realidades complexas e diferenciadas.

3 MODERNIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Embora as abordagens teóricas do desenvolvimento tenham sido uma preocupação frequentemente da ciência econômica, sua análise e estudo obviamente não podem ser tratados de forma restrita ou unidisciplinar. O desenvolvimento tem sido analisado sob várias perspectivas e tem constituído uma importante fonte de observação para os cientistas sociais. Assim como os fatores econômicos, aqueles relacionados ao comportamento humano, enquanto ser social, e do comportamento das sociedades, enquanto extensões dos comportamentos humanos, têm contribuído de maneira significativa para a compreensão dos fenômenos ligados ao desenvolvimento, como material de investigação de diferentes autores (WEBER, 1989; PARSONS, 2000; GIDDENS, 2001). Além das formas de organização das atividades econômicas, as diferentes formas de organização social certamente têm tido um papel decisivo no que se refere às perspectivas e rotas de desenvolvimento de diferentes sociedades e nações.

Segundo Max Weber (1989), a dinâmica econômica desenvolvida pelo sistema capitalista foi tornada possível pela base conceitual oferecida pela cultura racional da civilização ocidental. Para Weber, o modelo econômico ocidental, fundamentado no trabalho livre e assalariado capaz de fomentar a criação de um mercado de consumo, a contabilidade racional e a separação jurídica dos patrimônios individuais e empresariais, compõe um modelo produtivo e cultural baseado na racionalização das relações sociais. Então, para este autor, antes do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, foi necessário o surgimento de uma determinada mentalidade, associada aos padrões éticos e à conduta orientada para a produção e a acumulação, característica de determinados grupos religiosos (notadamente os calvinistas).

Para Weber, há um componente histórico e cultural que constitui a base do racionalismo econômico, que se tornou o eixo central da economia capitalista moderna.

Talcott Parsons (2000) introduz uma visão sistêmica da sociedade, a qual denomina “funcionalismo estrutural”. Para Parsons, a sociedade está constituída por subsistemas que operam de maneira interdependente, formando um sistema onde cada um dos componentes desempenha funções que têm por finalidade manter a estabilidade e a ordem social. O autor define estes componentes como sendo a economia, a política, a família e a educação. Parsons realiza uma comparação entre as sociedades e os organismos vivos, destacando a sua capacidade de adaptação e os padrões evolucionários que, influenciados pelas condições ambientais, caracterizam estes diferentes arranjos sistêmicos. Segundo este autor,

With these organic examples in mind, the conception of an evolutionary universal may be developed more fully. It should, I suggest, be formulated with reference to the concept of adaptation, which has been so fundamental to the theory of evolution since Darwin. Clearly, adaptation should mean, not merely passive “adjustment” to environmental conditions, but rather the capacity of a living system to cope with its environment. This capacity includes an active concern with mastery, or the ability to change the environment to meet the needs of the system, as well as an ability to survive in the face of its unalterable features. Hence the capacity to cope with broad ranges of environmental factors, through adjustment or active control, or both, is crucial. Finally, a very critical point is the capacity to cope with unstable relations between system and environment, and hence with uncertainty. Instability here refers both to predictable variations, such as the cycle of the seasons, and to unpredictable variations, such as the sudden appearance of a dangerous predator (PARSONS, 2000, p.85).

Parsons destaca que os padrões evolucionários universais conferem às sociedades maiores vantagens de adaptação, modificando a organização social anterior através de sua introdução e institucionalização e produzindo estruturas ainda mais complexas em mudanças posteriores. Para o autor, o processo evolutivo das sociedades apresenta dois padrões universais: a estratificação social e a legitimação cultural das funções sociais.

Para Anthony Giddens (2001), as novas formas de organização social que emergem na Europa a partir do século XVIII constituem uma estrutura social que vem substituir as formas de organização social tradicional, que eram baseadas na agricultura. Para isto, foi fundamental o surgimento de mecanismos capazes de romper a dependência existente entre as relações sociais e seus contextos espaciais e temporais, os quais o autor denomina “mecanismos de desençaixe”. Segundo Giddens,

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade, quanto em sua intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que encobrem o globo; em termos intensivos, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 2001, p.14).

Como categorias de mecanismos de desençaixe, Giddens destaca dois elementos: as *fichas simbólicas* e os *sistemas peritos*. Os primeiros se referem a meios de intercâmbio que podem circular entre diferentes meios sociais sem possuir uma relação direta com as caracte-

rísticas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer contexto específico, como, por exemplo, o dinheiro. Já os sistemas peritos podem ser definidos como sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam as grandes áreas dos ambientes material e social em que atualmente vivemos, como, por exemplo, um automóvel ou um edifício. Para que os mecanismos de desengate possam ser mantidos em funcionamento, torna-se necessário o estabelecimento de mecanismos de confiança, que podem ser definidos como a crença na credibilidade de pessoas ou de sistemas, levando em consideração um determinado conjunto de eventos ou de resultados, e onde essa crença manifesta fé na probidade ou amor do outro, ou na correção de princípios abstratos, como o conhecimento técnico. Na modernidade, a confiança se manifesta no contexto da consciência generalizada de que as atividades humanas são criadas socialmente e no escopo transformacional ampliado da ação humana, e desempenhado pelo aspecto dinâmico das modernas instituições sociais.

Assim, pode-se, então, estabelecer que as significativas transformações ocorridas nos padrões de relações sociais, determinadas por características históricas e socioculturais específicas de determinados grupos sociais, e que vieram a fundamentar formas de atividades produtivas intrinsecamente ligadas a comportamentos baseados na racionalidade (WEBER, 1989), acabaram por definir uma base institucional para as dinâmicas sociais que culminaram no surgimento do capitalismo moderno. Independente das bases culturais em que está assentada, esta transformação significa também o estabelecimento de um padrão evolucionário que representou a institucionalização de novas formas de estratificação social e de legitimação de um novo conjunto de funções sociais, conforme o entendimento do “funcionalismo estrutural” de Parsons (2000), embora este

conceito tenha perdido muito de seu poder explicativo com as novas propostas apresentadas pela aplicação da Teoria dos Sistemas Complexos às organizações sociais. Todo este conjunto de mudanças revela um inter-relacionamento dinâmico com o que Giddens entende como modernidade, na medida em que as novas relações sociais resultantes são ao mesmo tempo um produto e um fator de transformação deste processo.

4 MODERNIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

As mudanças provocadas pelos processos de desenvolvimento têm causado profundas modificações econômicas e sociais nos países da América Latina. A forma como a região se insere em um contexto de transformações globais tem sido estudada por diversos autores a partir de variados pontos de vista, tanto direcionados para aspectos específicos das transformações sociais quanto para aqueles que envolvem as mudanças na estrutura econômica (GERMANI, 1974; CARDOSO E FALETTO, 1970; MANTEGA, 1984).

Para Gino Germani (1974), a modernização da América Latina faz parte de um processo global em que a sociedade industrial moderna é resultante da secularização do conhecimento científico, da tecnologia e da economia. Esta grande transformação é o resultado de processos de mudança estrutural: a expansão econômica, a modernização social e a modernização política. A principal característica da sociedade moderna está na incorporação de mecanismos destinados a originar e absorver um fluxo continuado de mudanças e manter uma integração adequada, mantendo uma inter-relação dinâmica, em que os processos de desenvolvimento econômico condicionam os processos de modernização e política e são, ao mesmo tempo, por eles influenciados. Para Germani, são

os seguintes os elementos que determinam os processos componentes da transição para uma sociedade moderna: (a) a disponibilidade de recursos naturais e humanos em cada país; (b) a posição do país nas relações internacionais de poder político e econômico (no caso dos países latino-americanos, posição de dependência); (c) as características históricas, culturais e a estrutura social do país ao iniciar a transição; (d) o estágio de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos durante a transição; (e) as ações sociais; (f) os tipos de elite que dirigem ou participam da transição; e, (g) sua relação com outras sociedades modernas.

Germani (1974) destaca os seguintes fatores como elementos que geraram interrupções ou a regressão no desenvolvimento econômico e na modernização política: (a) a persistência das estruturas de poder tradicionais (elite latifundiária, Igreja Católica, forças armadas); (b) a limitação da ação da burguesia no desenvolvimento econômico; (c) a permanência do intervencionismo militar; e, (d) a hegemonia dos EUA no continente, que contribuiu para evitar reformas substanciais. Ao mesmo tempo, este autor destaca uma série de fatores que concorreram para a estabilização dos processos de modernização: (a) o crescimento das classes médias urbanas; (b) a inversão da relação entre população rural e urbana, favorecendo esta última; e, (c) a mobilidade social.

Com a finalidade de formular um esquema capaz de interpretar os processos de desenvolvimento a partir das dinâmicas políticas estabelecidas entre as classes e grupos sociais, Cardoso e Faletto (1970) buscaram também analisar as variações nas relações entre as economias de países centrais e periféricos. Estes autores demonstram que estas relações acabavam por criar ligações políticas e econômicas entre setores das economias destas categorias de países, através das quais as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se inter-relacionam para estabelecer

processos distintos de desenvolvimento político e social nos diferentes países da região. Cardoso e Faletto também enfatizam a necessidade de uma análise integrada do desenvolvimento, em que as análises econômicas se somam às interpretações sociológicas para tentar compreender a transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas. Nesta transição, os autores propõem um modelo intermediário, híbrido, característico das sociedades dos países “em desenvolvimento”. As mudanças sociais consistem principalmente em um processo de relacionamentos entre grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes procuram impor ao restante da sociedade a forma de dominação que lhes é característica.

Segundo a análise de Cardoso e Faletto, o pressuposto metodológico comumente presente nas definições de “tradicional” e “moderno” é que as características dos sistemas sociais, políticos e econômicos dos países centrais representam o ponto futuro para as nações subdesenvolvidas, sendo, então, o processo de desenvolvimento representado pela reprodução da seqüência de transformações sociais ocorridas naqueles países. Porém, o que se observa na realidade dos países latino-americanos é a presença de alguns componentes típicos das sociedades desenvolvidas, caracterizando, assim, o fenômeno que os autores denominaram “efeito de demonstração”. Cardoso e Faletto consideram mais apropriado analisar as condições específicas do contexto latino-americano e o tipo de integração das classes e grupos sociais como determinantes do processo de desenvolvimento. Nesta análise, o “efeito de demonstração” não é um elemento explicativo suficiente, e sim as características históricas e culturais específicas da região. Definindo o desenvolvimento como resultante da interação de grupos e classes sociais possuidores de valores e interesses materiais distintos, os autores entendem que as modificações na estrutura social e política ocorrem na medida em que de-

terminadas classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses e sua forma de dominação ao restante da sociedade.

Um ponto extremamente importante destacado por Cardoso e Faletto é que, na América Latina, as relações entre as classes assumem aspectos e funções diferenciados daqueles existentes nos países centrais. Cada forma histórica de dependência produz um determinado arranjo de caráter dinâmico entre as classes sociais. Se as formas de dependência encontram explicações de caráter exógeno à nação, as relações internas entre as classes possuem um caráter endógeno, tornam possível e dão a ela um formato específico as relações de dependência. Assim, a situação periférica das economias latino-americanas lhes confere um processo de desenvolvimento com padrões bastante distintos dos europeus e do norte-americano.

Guido Mantega (1984) demonstra como grupos sociais no seio da burguesia brasileira exerceram forte influência nas políticas de desenvolvimento do país. Um grupo, que o autor denomina “defensores do liberalismo”, formado basicamente pelas oligarquias agroexportadoras, vinculadas à burguesia comercial e financeira; e outro, denominado “defensores do intervencionismo do Estado”, composto pela burguesia industrial nascente, a classe média urbana, as forças armadas e a burocracia do Estado Novo. Conforme lembra o autor, o projeto de desenvolvimento que se procurou a partir de então obedecia aos seguintes princípios básicos: a reorganização da estrutura estatal, a realocação dos recursos econômicos e financeiros, a construção da infra-estrutura indispensável à industrialização e a proteção da indústria nacional. Este projeto tinha como objetivo a alteração da estrutura econômica, e não pretendia – e talvez não tivesse condições – alcançar o poder político.

No início da década de 60, o país já dispunha de uma estrutura econômica consolidada,

dotada de capacidade de acumulação de excedentes, presença de oligopólios (nacionais e estrangeiros), forte participação do Estado, e uma economia relativamente integrada, com a participação dos setores de produção de bens de capital, intermediários e de consumo final. Em contrapartida, Mantega destaca que houve o agravamento das condições sociais. Em suma, em decorrência das condições específicas de suas formas de organização social, o Brasil acabou por executar um projeto de desenvolvimento que propunha acentuadas mudanças na esfera econômica, ao mesmo tempo em que procurava restringir as grandes transformações sociais indispensáveis para a efetiva integração das classes e grupos sociais menos favorecidos a este processo. Como destacam Cardoso e Faletto, a análise econômica deve necessariamente ser integrada à investigação de como se dão os processos através dos quais os grupos sociais se organizam. Como consequência, podemos observar que os resultados da política desenvolvimentista brasileira, ao aliar crescimento econômico altos índices de desigualdade social, é, ao mesmo tempo, um resultado e um condicionante do processo de desenvolvimento brasileiro, consideradas as especificidades de sua organização social.

5 A GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS PROPOSTAS

A evolução dos processos de modernização social e integração econômica, aliada à expansão e à consolidação do capitalismo como sistema econômico dominante em escala global, encontrou, no desenvolvimento tecnológico, especialmente nos campos da eletrônica, da informática e das comunicações, condições para tornar todo o planeta um campo verdadeiramente integrado, no qual as inter-relações sociais e econômicas entre diferentes sociedades são capazes de determinar modificações profundas no modo de vida de todos os seus habitantes (CASTELLS, 2001; SANTOS, 2002; EVANS,

2003). Os novos sistemas de produção industrial flexível, estruturalmente desverticalizados e geograficamente descentralizados, oportunizaram o surgimento de megacorporações industriais, comerciais, financeiras e de serviços, que, na busca de novos mercados, tanto consumidores quanto fornecedores, contribuíram para eliminar as tradicionais barreiras políticas e geográficas, reduzindo o poder dos países no ordenamento social e econômico, impondo novos padrões e formas de organização.

Para Manuel Castells (2001), a realidade do mundo globalizado faz com que o Estado perca poder para outros centros decisórios, tornando-se inoperante no plano global e perdendo sua representatividade no plano nacional. Como é incapaz de exercer controle efetivo sobre as redes desta nova economia mundial, ou sobre os fluxos globais de informação, necessita de uma profunda reestruturação que possa adequá-lo a uma nova gama de necessidades. Para a reconstrução de sua capacidade de intervenção em uma economia globalizada, o Estado deve ser reconfigurado de maneira a assumir novos papéis, desenvolvendo a capacidade de compartilhar ações e decisões, atuando como um regulador das novas relações socioeconômicas, e integrando-se em redes globais descentralizadas onde ocorre a difusão do poder dos centros para as redes. Castells recomenda que, na sua transição para a forma de Estado-Rede, o Estado desenvolva as seguintes habilidades: (a) a descentralização; (b) a flexibilidade; (c) a capacidade de coordenação; (d) a transparência administrativa; (e) a modernização tecnológica; (f) a transformação dos agentes da administração; e, (g) a retroação na gestão. Segundo o autor, “o Estado-Rede é a forma de sobrevivência do Estado na era da informação e da globalização. E a administração flexível e conectada é o instrumento indispensável do Estado-Rede. A reforma da administração precede a administração da reforma” (CASTELLS, 2001, p. 169).

O processo de globalização é abordado por Santos (2002) como uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização, representando o fim do sistema nacional como núcleo central coordenador das atividades sociais organizadas. O autor critica a tendência à análise deste processo somente sob a ótica econômica, destacando a necessidade de se procurar compreender seus efeitos nas dimensões política, social e cultural. Santos também critica a visão da globalização como um processo de uniformização e homogeneização dos padrões de organização social e econômica, acentuando que, notadamente nas últimas três décadas, a globalização tem representado uma combinação entre universalização e eliminação das fronteiras nacionais, somadas ao particularismo, à diversidade local, à identidade étnica e um retorno ao comunitarismo. Na proposta deste autor, o que existe atualmente é um *Sistema Mundial em Transição* (SMET), no qual coexistem um sistema mundial antigo, em processo de transformação, e um conjunto de novas realidades emergentes que poderão ou não conduzir à formação de um novo sistema mundial, ou mesmo a uma outra entidade qualquer, seja ou não de caráter sistêmico.

Para Peter Evans (2003), uma das consequências críticas da globalização é ideia de que as instituições econômicas aplicadas na Europa Ocidental e nos EUA teriam capacidade de impulsionar processos de desenvolvimento em outros contextos nacionais. Assim como Santos, Evans discorda da homogeneização dos padrões socioeconômicos, contestando a possibilidade de que a fórmula anglo-americana possa transcender os contextos e as culturas nacionais, ideia a que denomina “monocultura institucional”. Em contraposição, Evans oferece a alternativa do “desenvolvimento deliberativo”, conceito através do qual explora a questão da escolha social, defendendo que as instituições deliberativas, tais como debates públicos,

devem ter um papel central no processo de desenvolvimento. Baseada na democracia deliberativa, esta estratégia tenta canalizar a energia da população nos processos de escolha social, com a finalidade de melhorar a finalidade dos investimentos públicos, reduzindo a violência e a corrupção no processo de governança. Segundo Evans, as instituições deliberativas servem como complementos a outros insumos do desenvolvimento, pois podem fornecer condições de governança capazes de otimizar a utilização do capital e da tecnologia disponíveis. Além disso, preconiza a efetivação de empréstimos financeiros institucionais que possam melhor assimilar as peculiaridades do ambiente local, fornecendo uma base mais sólida para a avaliação das prioridades de desenvolvimento e oferecendo oportunidades de escolha mais amplas para os cidadãos (EVANS, 2003).

Evans destaca que a premissa básica da monocultura institucional é que as instituições anglo-americanas são instrumentos ideais para o desenvolvimento, e que prescindem de uma adaptação ao ambiente sociocultural local. Para o autor, a tentativa de copiar as instituições dos países mais avançados está muito longe de representar a maneira mais eficaz de transformar os ambientes locais em oportunidades mais favoráveis para os investidores, ressaltando a incapacidade desta prática em produzir o rápido crescimento das rendas reais, em função da negligência existente na distribuição dos bens coletivos, por priorizar os incentivos individuais sobre os resultados distributivos. Segundo Evans, para tornar a democracia deliberativa uma estratégia atraente de desenvolvimento, é necessário que as instituições deliberativas sejam socialmente autossustentáveis, contando com cidadãos capazes de investir o tempo e a energia necessários; além de ter de superar a oposição dos setores que atualmente têm interesse na manutenção das estruturas existentes de tomada de decisão. O autor propõe que as

instituições deliberativas podem se tornar desejáveis em função tanto de seu impacto sobre as capacidades quanto por seus efeitos globais, uma vez que a maior igualdade social está associada a melhores níveis gerais de saúde e de educação que, por sua vez, aumentam os níveis de produtividade da população.

6 GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma das consequências da globalização é uma visão dual dos processos de desenvolvimento socioeconômico: se por um lado, representam a quebra de barreiras políticas e geográficas, ressaltando a influência dos conglomerados produtivos supranacionais e reduzindo o poder formal dos Estados nacionais; por outro lado, representa também um fortalecimento dos sistemas produtivos geograficamente localizados, em função dos processos de flexibilização produtiva, de concentração de atividades econômicas correlatas e da formação de redes interorganizacionais baseadas na difusão de inovações tecnológicas (BOSIER, 1996; PORTER, 1998; CARLEIAL, 1996; CASSIOLATO E LASTRES, 2001). Esta dupla tendência reforça a importância das regiões ou *locais* como fatores preponderantes nas novas abordagens dos processos de endogeneização do conhecimento.

Segundo Boisier (1996), as atuais tendências políticas e econômicas geram processos contraditórios que trazem novos conceitos como o de organismos supranacionais (como a União Europeia) e organismos sub-nacionais (regiões e cidades), que passam a competir no mercado internacional por capital, tecnologia e mercados. Por outro lado, torna-se necessário também o reconhecimento da importância do entorno do indivíduo para a realização de seus projetos. Boisier destaca também os processos de abertura externa, representada pela globalização (força econômica) e o de abertu-

ra interna, representado pela descentralização (força política). Para que possa obter sucesso no jogo competitivo, uma região precisa ter características básicas: velocidade, flexibilidade e maleabilidade. A essas características, Boisier acrescenta a cultura, produtora de identidade e de autorreferência; a resiliência, capacidade de reconstituição de sua estrutura quando danificada por elementos externos; e a complexidade sistêmica. A nova visão da região como componente privilegiado no jogo econômico traz também dois novos conceitos: a região como quase-Estado, devido à necessidade de se impor uma visão política do desenvolvimento regional, e a região como quase-empresa, devido à necessidade de utilização de elementos de planejamento estratégico típicos das grandes corporações (BOISIER, 1996).

De acordo com Porter (1998), há quatro atributos capazes de, atuando de forma sistêmica, definir o padrão de competitividade de uma região: (1) condições de fatores, referentes a fatores de produção tais como mão de obra habilitada ou infra-estrutura necessária para competir em determinado setor; (2) condições de demanda, relativas à natureza da demanda do mercado interno para os produtos do setor; (3) setores industriais correlatos e de apoio, referentes à presença ou ausência na região de indústrias de fornecedores e outros setores correlatos que sejam internacionalmente competitivos; e (4) estratégia, estrutura e rivalidade firmes, que são as condições que estabelecem a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e gerenciadas, bem como a natureza da rivalidade interna.

Liana Carleial (1996) ressalta que a globalização, na medida em que amplia a importância da tecnologia na economia e na sociedade atual, também tem reforçado a territorialidade, no sentido de favorecer a concentração geográfica de atividades econômicas em determinadas regiões. Primeiramente, a distribuição de cen-

tros tecnológicos pelo mundo tem privilegiado alguns territórios, ou regiões, como primordiais para o desenvolvimento mundial; em segundo lugar, a ocorrência de distritos industriais, marcados territorialmente, bem sucedidos do ponto de vista da inserção econômica internacional; em terceiro lugar, a descentralização em curso nas grandes corporações abre a possibilidade de novas atividades produtivas em determinados espaços localizados; em quarto lugar, a necessidade de redução de custos com transportes e comunicações tem permitido a inserção econômica de novos espaços regionais; e, em quinto lugar, todo espaço nacional e regional conhece, ou precisa conhecer, suas possibilidades potenciais referentes à pesquisa científica e à associação empresa-Universidade.

Para Cassiolato e Lastres (apud LIMA, 2005), a visão sistêmica emerge como um determinante de primeira ordem no tratamento das questões de desenvolvimento local. Dentro do conceito de *Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*, a noção de que as relações estabelecidas entre diversos agentes econômicos e sociais constitui um campo de interação capaz de influenciar fortemente todos os elementos contidos em interior, com a possibilidade de gerar uma dinâmica inovadora que pode transformar tanto as relações quanto os próprios agentes. A visualização da dinâmica desta rede de interações demonstra uma maneira de aplicação prática da abordagem dos sistemas complexos, fortalecendo a visão interdisciplinar no estudo de redes sociais. Lima assim define a visão destes autores:

Cassiolato e Lastres destacam quatro tendências principais referentes às novas especificidades do processo inovativo: em primeiro lugar, a significativa e crescente aceleração da mudança tecnológica, que faz com que o tempo dos processos que levam da produção do conhecimento até a comercialização dos produtos se torne cada vez menor, assim como também o ciclo de vida dos produ-

tos. Em segundo lugar, o processo inovativo tem sido marcado pela colaboração entre firmas e a montagem de redes industriais, em função da dificuldade de domínio da grande variedade de recursos científicos e tecnológicos demandados pelos modernos processos produtivos, até mesmo por parte de empresas de grande porte. Em terceiro lugar, as firmas que buscam aumentar a rapidez nos processos inovativos têm conseguido importantes resultados através da integração funcional e da montagem de redes. E, em quarto lugar, nota-se uma crescente colaboração com centros produtores de conhecimento, devido à necessidade existente no processo inovativo de se apoiar nos avanços científicos (LIMA, 2005, p. 40)

As abordagens teóricas acerca dos sistemas regionais de inovação caracterizam como indispensável a existência de fortes *linkages* entre o aparato produtivo e os aparatos institucional e acadêmico. Diversos estudos têm apontado estas relações como um elemento dinamizador da capacidade inovativa dos sistemas regionais (CASSIOLATO E LASTRES, 2001). Nas economias em desenvolvimento, a ausência de uma formalização das relações e de agentes institucionais de integração de atividades dificulta o aproveitamento pleno das possibilidades oferecidas pelas redes interorganizacionais. Porém, acredita-se que a própria existência destas relações constitui um elemento capaz de oferecer algum grau de contribuição positiva no sentido de estimular a capacidade inovativa das empre-

sas que compõem as redes de subcontratação, através de mecanismos de transmissão de conhecimento tácito ou formal.

Os sistemas regionais de inovação constituem, possivelmente, uma ferramenta eficaz para a implementação de políticas de desenvolvimento regional, porém, as exigências para que a transformação de aglomerados industriais baseados em redes interorganizacionais venham a constituir arranjos produtivos capazes de desenvolver competitividade sistêmica são consideravelmente superiores à mera existência de recursos materiais e de uma base produtiva já instalada. O que determinará a capacidade do sistema não é o fato de estes recursos terem sido viabilizados, e sim a capacidade de se criar mecanismos institucionais de articulação que possam viabilizar a introdução de práticas cooperativas baseadas no compartilhamento de recursos informacionais e tecnológicos. Estes mecanismos de articulação devem necessariamente estar relacionados ao contexto histórico e sociocultural da própria região, pois, em caso contrário, não terão possibilidade de estabelecer elos de ligação suficientemente fortes para criar os indispensáveis laços institucionais capazes de mobilizar os grupos sociais para a adoção de práticas cooperativas; e nem de canalizar as energias necessárias para as modificações sociais, econômicas e, principalmente, políticas, que poderão direcionar os recursos regionais para práticas de desenvolvimento voltadas para seus próprios interesses, e não somente articuladas em função de necessidades que lhes são exógenas.

REFERÊNCIAS

- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, 1996.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e subdesenvolvimento na América latina**. Rio de Janeiro, [s.n.], 1970.
- CARLEIAL, L. M. da F. Sistemas regionais de inovações (SRI) e relações entre firmas: as “pistas” para um formato de desenvolvimento regional. In: **Revista de economia do nordeste**, v. 33, n. 4, 1996.
- CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na indústria brasileira. In: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CASTELLS, M. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER P. et al (Orgs.). **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 2001.
- EVANS, Peter. Além da ‘Monocultura Institucional’: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. In: **Sociologias**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003.
- GERMANI, G. **Sociologia da modernização**. São Paulo: Mestre, 1974.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HIRSCHMAN, Alberto O. **De la economía a la política y más allá**: ensayos de penetración y superación de fronteras. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.
- LIMA, Marco Antonio Silva. **Relações inter-firmas em Barcarena/Pa**: um estudo das práticas de inovação e cooperação na rede de fornecedores e subcontratados da IRCC. (Dissertação de Mestrado) - NAEA/ UFPA, Belém, 2005.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- PARSONS, T. Evolutionary universals in society. In: ROBERTS; HITE (Orgs.). **From modernization to globalization**. Blackwell, 2000.
- PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. In: **Estratégia e a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.
- PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. In: **Estratégia e a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.

